

ENAP

PÓS-GRADUAÇÃO

NBA

Ciência de Dados
e Inteligência Artificial Aplicadas

Disciplina Análise de Políticas Públicas

Paulo Jannuzzi

Aula 3

Como é o Direito à Saúde em outros países ?
Quais são os valores sociais fundamentais em suas Constituições ?

Exercício - 2

- 1) Escolha um país e consulte a Constituição mais recente dele em <https://constituteproject.org/>
- 2) Identifique e transcreva os Princípios Fundamentais
- 3) Verifique se está estabelecido, na Constituição, o Direito à Saúde ou outro qualquer

**CADA SOCIEDADE COMPARTILHA UM CONJUNTO DE VALORES PÚBLICOS E PRINCÍPIOS DE COESÃO,
QUE SE REFLETEM NA GESTÃO PÚBLICA**

Dignidade Humana

Solidariedade e Cooperação

**Busca de bem-estar para o máximo de
pessoas**

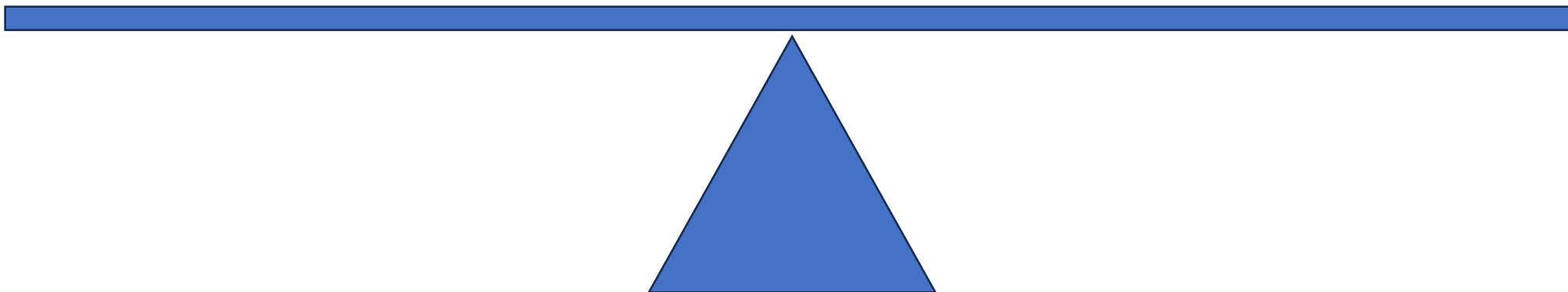
Participação e decisão pactuada

Austeridade Fiscal

Mérito individual e Competição

Algum mínimo de justiça social

Decisão autocrática de cima-para-baixo



Estado Contemporâneo é uma construção institucional dos últimos 250 anos para promoção da justiça e bem-estar em sentido mais amplo

Princípio republicano: Todos temos uma responsabilidade moral com a coletividade e com os demais, independente das pré-condições de nascimento, suas características e potenciais.

Estado de Bem-Estar : Promover bem-estar/felicidade de todos cidadãos

- Promover justiça
- Promover igualdade
- Promover liberdade
- Promover proteção
- Promover a coesão social
- Recursos básicos para sobrevivência
- Condições básicas de saúde
- Oportunidades educacionais e culturais
- Proteção contra opressão física e cultural

Princípio republicano:

Todos temos uma responsabilidade moral com a coletividade e com os demais, independente das pré-condições de nascimento, suas características e potenciais.

Reconhecendo que as pessoas não são responsáveis pelas diferenças inatas e de condições de nascença, ninguém deveria ser penalizado ou privilegiado por isso, levando-nos a promover justiça social pela distribuição de bem-estar que repararem essas diferenças de origem.

Justiça Distributiva (John Rawls)

Temos uma obrigação moral para que todos possam ter condições e oportunidades de desenvolver seus potenciais e habilidades.

Capacidades Humanas (Amartia Sen, Martha Nussbaum)

O princípio republicano só se realiza plenamente quando é guiado por uma ética inclusiva, racional e solidária, que reconhece a dignidade de todos — especialmente dos mais esquecidos.

Ética Cívica (Adela Cortina)

Há séculos há uma disputa clássica sobre papel do Estado

Estado como instituição necessária para garantir proteção contra violência (estado da natureza), conflitos interpessoais, invasões estrangeiras

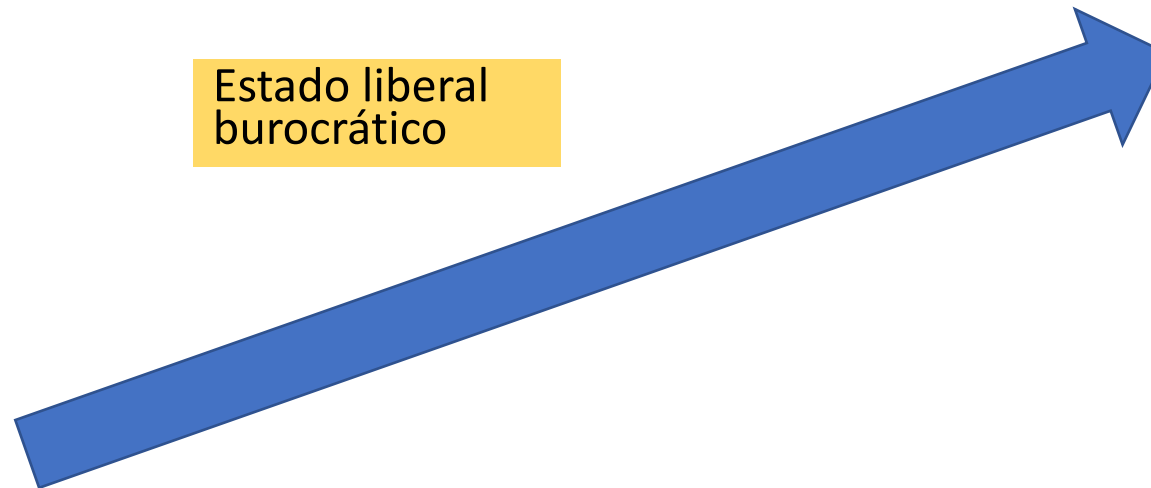
Estado Moderno

Estado como instituição necessária para resolver com racionalidade e impessoalidade os problemas de ação coletiva

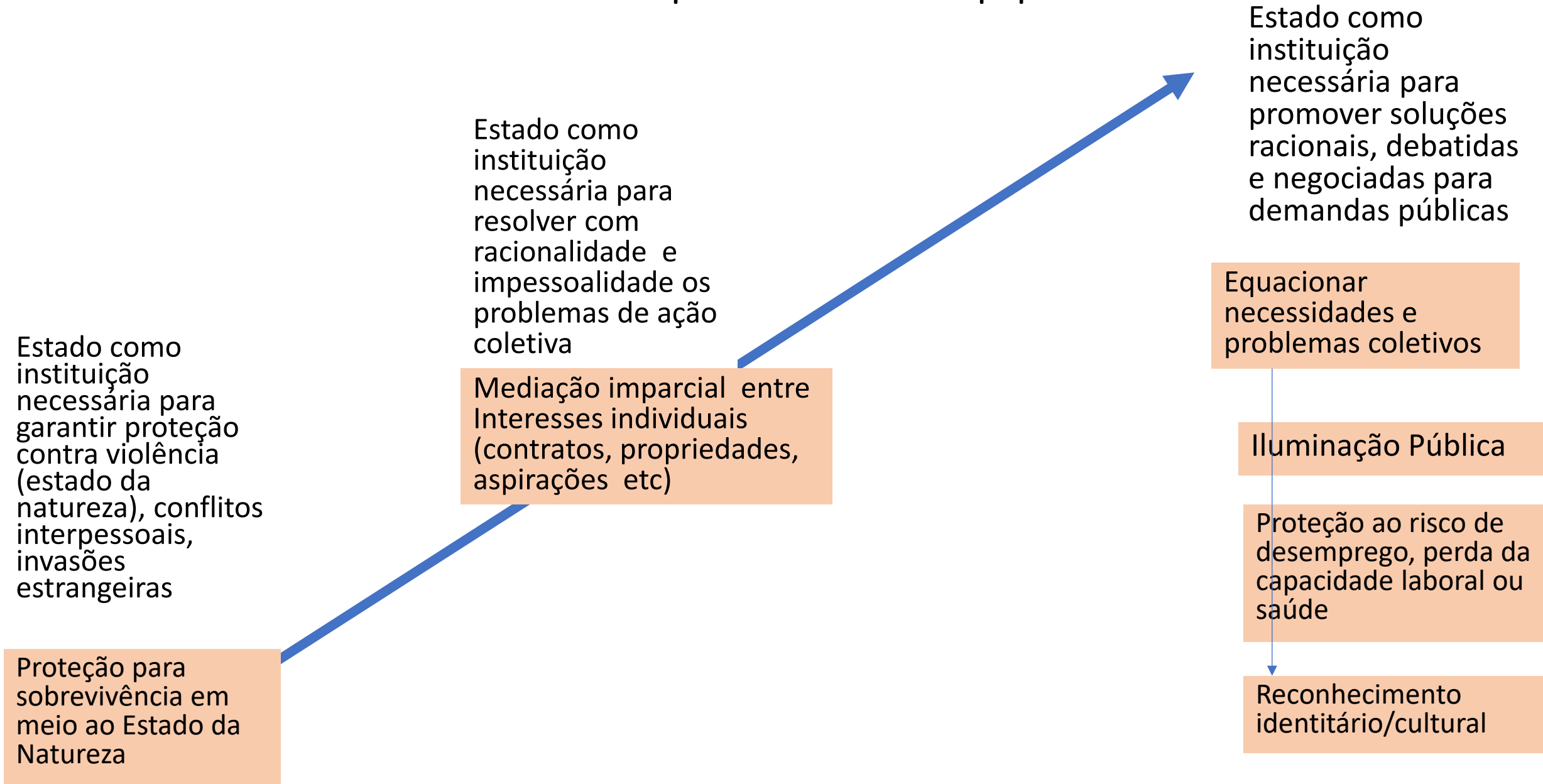
Estado liberal
burocrático

Estado como instituição necessária para promover soluções racionais, debatidas e negociadas para demandas públicas

Estado Bem-estar
profissionalizado



Há séculos há uma disputa clássica sobre papel do Estado



Há mais de 150 anos há uma disputa clássica sobre papel do Estado e natureza das Políticas Públicas



Estado como portadora de interesses da Elite burguesa, para inviabilizar a Revolução Popular transformadora

Estado como instituição desnecessária e indesejável, pois ineficiente e cooptada por corporações

Há mais de 150 anos há uma disputa clássica sobre papel do Estado e natureza das Políticas Públicas

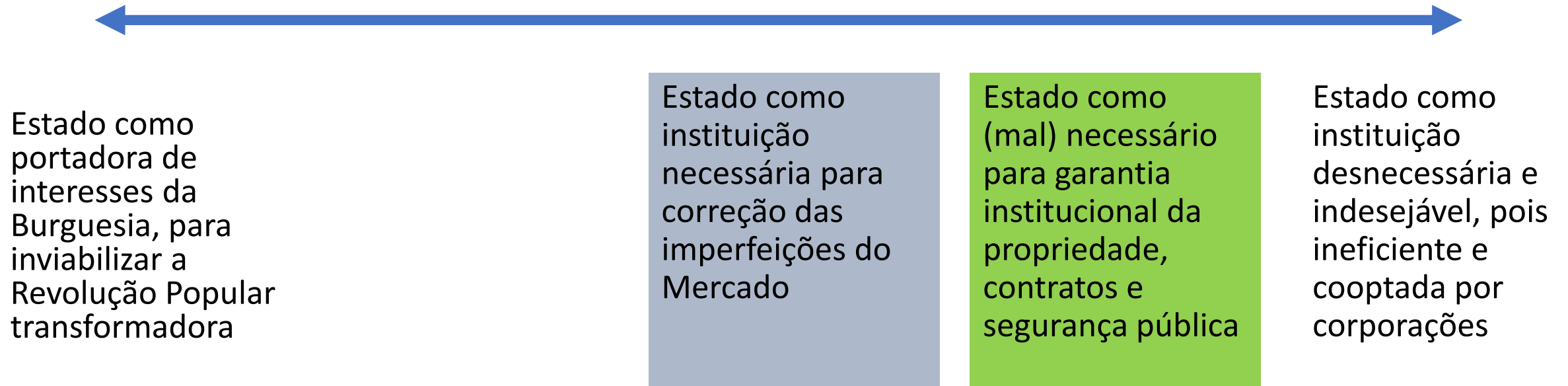


Estado como portadora de interesses da Burguesia, para inviabilizar a Revolução Popular transformadora

Estado como (mal) necessário para garantia institucional da propriedade, contratos e segurança pública

Estado como instituição desnecessária e indesejável, pois ineficiente e cooptada por corporações

Há mais de 150 anos há uma disputa clássica sobre papel do Estado e natureza das Políticas Públicas



Há mais de 150 anos há uma disputa clássica sobre papel do Estado e natureza das Políticas Públicas



Estado como portadora de interesses da Burguesia, para inviabilizar a Revolução Popular transformadora

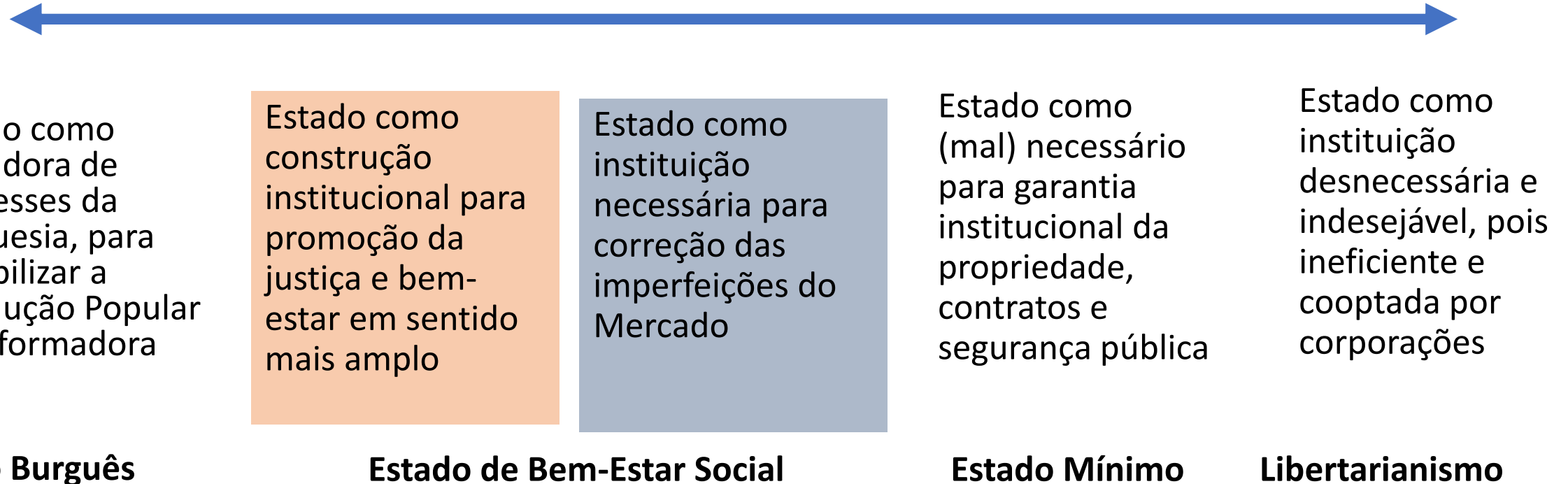
Estado como construção institucional para promoção da justiça e bem-estar em sentido mais amplo

Estado como instituição necessária para correção das imperfeições do Mercado

Estado como (mal) necessário para garantia institucional da propriedade, contratos e segurança pública

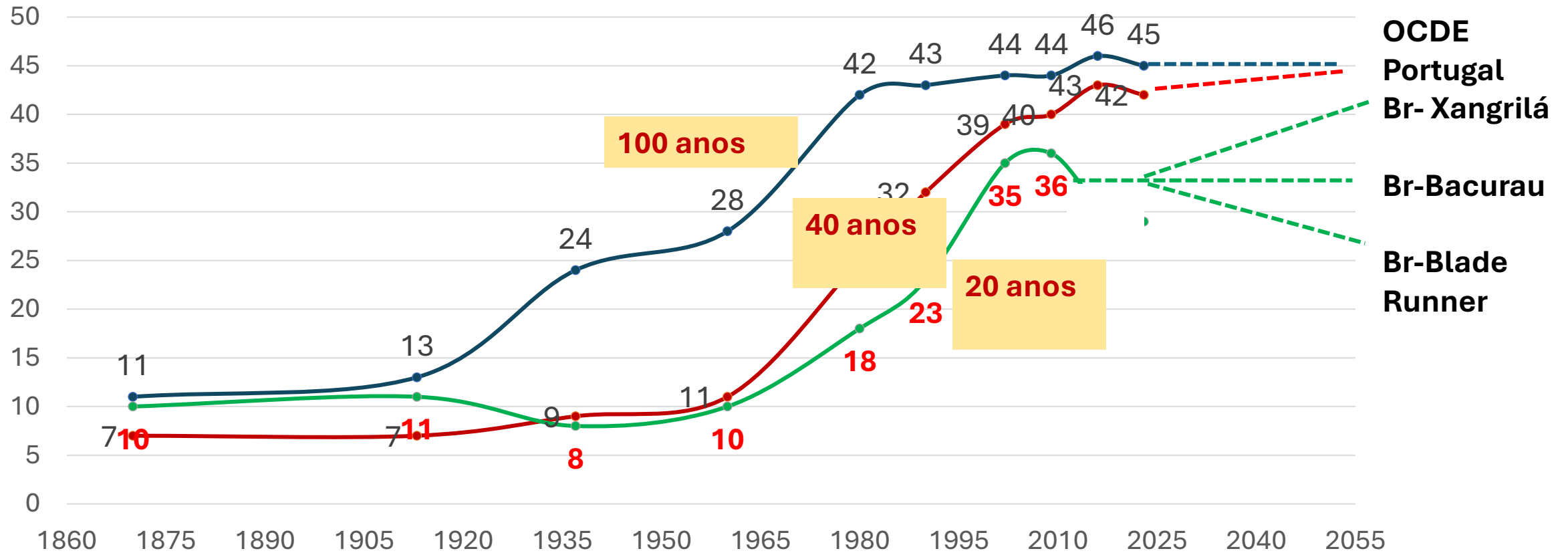
Estado como instituição desnecessária e indesejável, pois ineficiente e cooptada por corporações

Há mais de 150 anos há uma disputa clássica sobre papel do Estado e natureza das Políticas Públicas



Cenários Brasil 2050

Carga Fiscal (% PIB) – 11 países mais desenvolvidos OCDE, Portugal e Brasil



Fonte: Dados 1870-2002 Fiscal Prudence and Profligacy database <http://www.imf.org/external/datamapper/rev@FPP/USA/FRA/JPN/GBR/SWE/ESP/ITA/ZAF/IND>
2009-2016: IMF Fiscal Monitor Tabela A13 em <http://www.imf.org/~media/Files/Publications/fiscal-monitor/2018/April/pdf/fm1801.ashx?la=en>

Os direitos assegurados nas Constituições têm reflexo na Carga Fiscal ?

Exercício – Optativo

No país escolhido para análise da Constituição (<https://constituteproject.org/>)

- a) Analise a série histórica da Carga Fiscal
- b) No período mais recente, como se distribui essa carga fiscal em Saúde, Educação e outras rubricas de políticas públicas

Considerações sobre Carga Fiscal/Tributária

Toda análise empírica/modelizada de dados precisa de uma primeira investigação descritiva, qualidade e credibilidade das fontes.

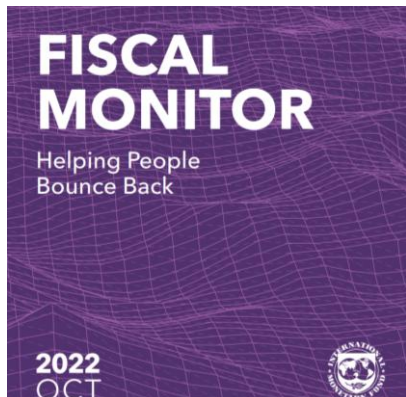
Garbage in, Garbage out

A análise da Carga fiscal revela grande variação varia entre instituições, fontes e períodos

- FMI Fiscal Monitor Out 2022
- FMI Fiscal Monitor Out 2023
- Relatório técnico Receita Federal
- Cepal
- OCDE

Considerações sobre Carga Fiscal/Tributária

A série de relatórios anuais do FMI apontavam uma carga fiscal de 30-35% ao longo de 2002 a 20122, como na edição do Fiscal Monitor de outubro de 2022



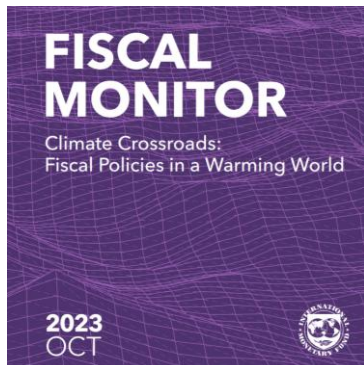
FISCAL MONITOR: HELPING PEOPLE BOUNCE BACK

Table A13. Emerging Market and Middle-Income Economies: General Government Revenue, 2013–27
(Percent of GDP)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Average	28.9	28.3	27.2	26.8	27.1	27.6	27.0	25.0	25.8	25.1	25.3	25.3	25.3	25.3	25.3
Asia	25.4	25.6	26.3	26.1	26.2	26.3	25.6	23.6	24.6	23.3	23.9	24.0	24.1	24.2	24.4
Europe	34.4	34.4	33.4	33.8	33.8	35.2	35.2	34.5	35.0	33.6	33.7	33.8	34.0	34.0	33.9
Latin America	29.6	28.4	26.5	27.2	27.1	26.9	27.1	25.8	26.9	27.9	27.2	27.1	26.9	26.8	26.8
MENA	36.0	32.8	27.6	24.0	25.8	28.6	27.4	22.4	22.3	24.4	24.0	23.5	22.9	22.6	22.4
G20 Emerging	28.6	28.2	27.5	27.5	27.7	27.8	27.3	25.4	26.4	25.3	25.6	25.6	25.7	25.7	25.8
Algeria	35.8	33.3	30.5	28.6	32.0	33.4	32.2	30.7	29.9	31.4	29.6	29.6	29.5	29.5	29.8
Angola	36.7	30.7	24.1	17.5	17.5	22.9	21.2	21.0	23.2	23.7	20.2	19.3	18.6	18.0	17.4
Argentina	34.3	34.6	35.4	34.9	34.4	33.5	33.3	33.5	33.5	33.0	32.3	33.2	34.0	34.7	35.2
Belarus	39.8	38.9	38.8	39.0	38.7	39.6	38.3	35.2	35.4	32.3	33.0	33.7	34.6	34.7	34.7
Brazil	34.5	32.5	28.2	30.7	30.5	30.7	31.5	29.5	31.5	31.8	30.0	29.7	29.2	29.2	29.2
Bulgaria	33.7	33.4	34.5	34.2	32.8	34.4	34.9	35.0	37.5	36.4	37.5	36.6	35.4	35.7	35.4
Chile	22.6	22.4	22.9	22.7	22.9	24.2	23.7	22.1	26.0	26.6	24.6	25.0	25.2	25.0	25.1
China	27.7	28.2	29.0	28.9	29.2	29.0	28.1	25.7	26.6	24.9	25.7	25.8	25.9	26.0	26.1
Colombia	29.0	29.5	27.8	27.7	26.8	30.0	29.4	26.6	27.7	28.9	31.2	30.7	30.1	29.6	29.3
Croatia	42.8	43.2	44.8	45.9	45.5	45.5	46.3	47.2	46.4	47.0	46.6	45.1	44.6	43.7	42.4
Dominican Republic	14.2	14.2	16.6	13.9	14.0	14.2	14.4	14.2	15.6	14.5	14.5	14.5	14.5	14.5	14.5
Ecuador ¹	36.2	34.9	32.9	30.1	32.3	34.3	33.7	29.4	34.0	36.1	36.2	35.2	34.7	34.2	33.5
Egypt ²	21.7	24.1	21.5	19.5	20.7	19.7	19.3	18.2	19.0	19.6	19.7	20.0	20.5	20.8	21.2
Hungary	47.6	47.4	48.4	45.0	44.3	44.0	43.9	43.4	41.1	43.3	42.7	42.8	42.9	42.8	43.2
India	19.6	19.1	19.9	20.1	20.0	20.0	19.9	18.3	20.2	19.0	19.2	19.6	19.9	20.1	20.4
Indonesia	16.9	16.5	14.9	14.3	14.1	14.9	14.2	12.5	13.6	14.6	13.4	13.6	13.8	14.0	14.1
Iran	12.5	13.1	14.8	15.3	15.5	13.6	9.7	7.2	8.1	8.3	8.3	8.4	8.5	8.6	8.8
Kazakhstan	24.8	23.7	16.6	17.0	19.8	21.4	19.7	17.5	17.1	20.5	19.7	19.7	19.8	19.6	19.6
Kuwait	72.0	65.8	58.9	54.5	53.8	58.2	55.2	52.8	52.0	54.9	59.1	56.8	55.2	52.9	51.1
Lebanon	20.1	22.6	19.2	19.4	21.9	21.0	20.8	16.0
Malaysia	24.3	23.3	22.2	20.3	19.6	20.2	21.6	20.6	18.3	17.4	15.6	15.5	15.4	15.5	15.5

Considerações sobre Carga Fiscal/Tributária

A partir de 2023, os relatórios do FMI recalculam a série de carga fiscal para acima de 39-43%, como na edição do Fiscal Monitor de outubro de 2023. Mas parece que há alguma inconsistência, pois só dados do Brasil mudaram....



FISCAL MONITOR: CLIMATE CROSSROADS: FISCAL POLICIES IN A WARMING WORLD

Table A13. Emerging Market and Middle-Income Economies: General Government Revenue, 2014–28
(Percent of GDP)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Average	28.7	27.8	27.4	27.7	28.1	27.7	25.7	26.7	26.9	26.8	27.0	26.9	27.0	26.9	26.9
Asia	25.6	26.3	26.1	26.2	26.3	25.5	23.6	24.7	24.0	24.3	24.4	24.5	24.7	24.8	24.8
Europe	34.3	33.3	33.6	33.6	35.0	35.1	34.3	34.3	33.9	33.6	33.9	34.0	34.2	34.0	34.0
Latin America	30.7	30.6	30.8	30.5	30.3	30.7	28.6	29.9	31.4	30.4	30.7	30.7	30.8	30.8	30.7
MENA	32.5	26.3	23.9	25.5	29.3	29.5	26.7	28.1	31.0	29.7	29.1	28.5	28.1	27.7	27.1
G20 Emerging	28.8	28.4	28.3	28.4	28.5	27.9	25.8	26.8	26.7	26.7	26.9	26.9	27.0	27.1	27.1
Algeria	33.3	30.5	28.6	32.6	33.5	32.2	30.5	29.9	34.2	33.7	29.8	29.1	28.4	27.9	27.7
Angola	30.7	24.1	17.5	17.5	22.9	21.2	21.3	23.3	23.2	22.2	21.6	20.9	20.4	19.8	19.6
Argentina	34.6	35.4	34.9	34.4	33.5	33.3	33.5	33.5	33.4	33.8	34.6	34.7	35.3	35.5	35.5
Belarus	38.9	38.8	39.0	38.7	39.6	38.3	35.2	35.3	32.2	34.9	35.9	37.0	37.2	37.1	37.1
Brazil	38.5	40.3	41.0	39.8	40.5	41.8	38.0	40.9	43.3	41.1	42.1	42.2	42.6	42.7	42.5
Bulgaria	33.4	34.5	34.2	32.8	34.4	34.9	34.9	35.8	37.4	34.5	35.9	34.5	34.7	34.4	34.1
Chile	22.4	22.9	22.7	22.9	24.1	23.7	22.0	26.0	28.1	25.3	25.6	25.9	26.0	26.0	26.0
China	28.2	29.0	28.9	29.2	29.0	28.1	25.7	26.6	25.9	26.5	26.7	26.9	27.1	27.3	27.5
Colombia	29.5	27.8	27.7	26.8	30.0	29.4	26.6	27.2	27.9	31.1	32.4	31.8	31.1	30.7	30.4
Dominican Republic	14.2	16.6	13.9	14.0	14.2	14.4	14.2	15.6	15.3	15.7	15.0	15.0	15.0	15.0	15.0
Ecuador ¹	38.3	36.5	33.1	34.8	38.1	36.1	31.7	36.2	39.4	36.9	36.4	35.7	35.2	34.5	33.9
Egypt	23.2	20.9	19.2	20.7	19.7	19.3	18.2	18.6	18.9	18.1	18.1	18.3	18.8	19.0	19.3
Hungary	47.3	48.4	45.0	44.3	44.0	44.0	43.6	41.2	41.6	42.8	44.0	44.0	43.9	43.5	43.5
India	19.1	19.9	20.1	20.0	20.0	19.2	18.2	19.9	19.4	19.4	19.4	19.5	19.6	19.7	19.8
Indonesia	16.5	14.9	14.3	14.1	14.9	14.2	12.5	13.6	15.2	15.1	14.9	14.9	14.9	14.9	14.9
Iran	13.1	14.8	15.3	15.5	13.6	9.7	7.2	8.0	8.2	8.3	8.4	8.5	8.6	8.8	8.9
Kazakhstan	23.7	16.6	17.0	19.8	21.4	19.7	17.5	17.1	21.8	22.0	20.9	20.6	20.3	20.1	19.9
Kuwait	65.8	58.9	54.9	53.8	58.3	55.2	54.8	54.4	60.9	65.6	59.7	57.6	56.0	53.8	52.2
Lebanon	22.6	19.2	19.4	21.9	21.0	20.8	16.0	9.8	6.3

Considerações sobre Carga Fiscal/Tributária

Dados da OCDE são absurdamente elevados....

o Brasil teria carga fiscal acima da Noruega !!

As diferenças podem ser questões metodológicas sobre o cômputo do indicador

Ou buscar outras fontes e instituições confiáveis ...

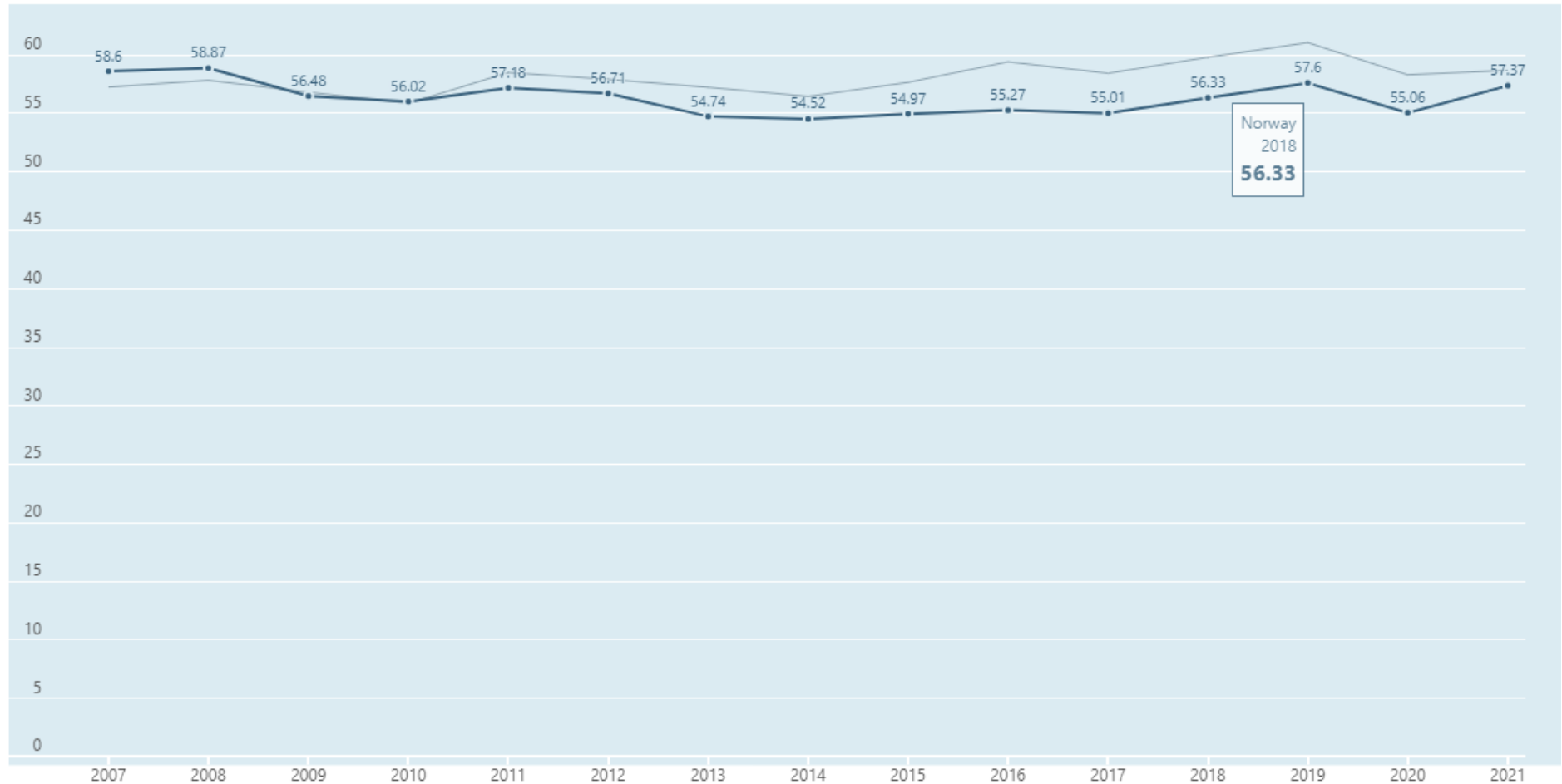
Ou consultar um especialista...

Ou então, não usar os dados sob risco de propagar equívocos

Public finance main indicators - Government at a glance, Yearly updates 

Frequency of observation: Annual • Edition: Yearly updates • Category: Public finance

Combined measure: Government revenues, General government • Combined unit of measure: Percentage of GDP



© Public finance main indicators - Government at a glance, Yearly updates 

Considerações sobre Carga Fiscal/Tributária

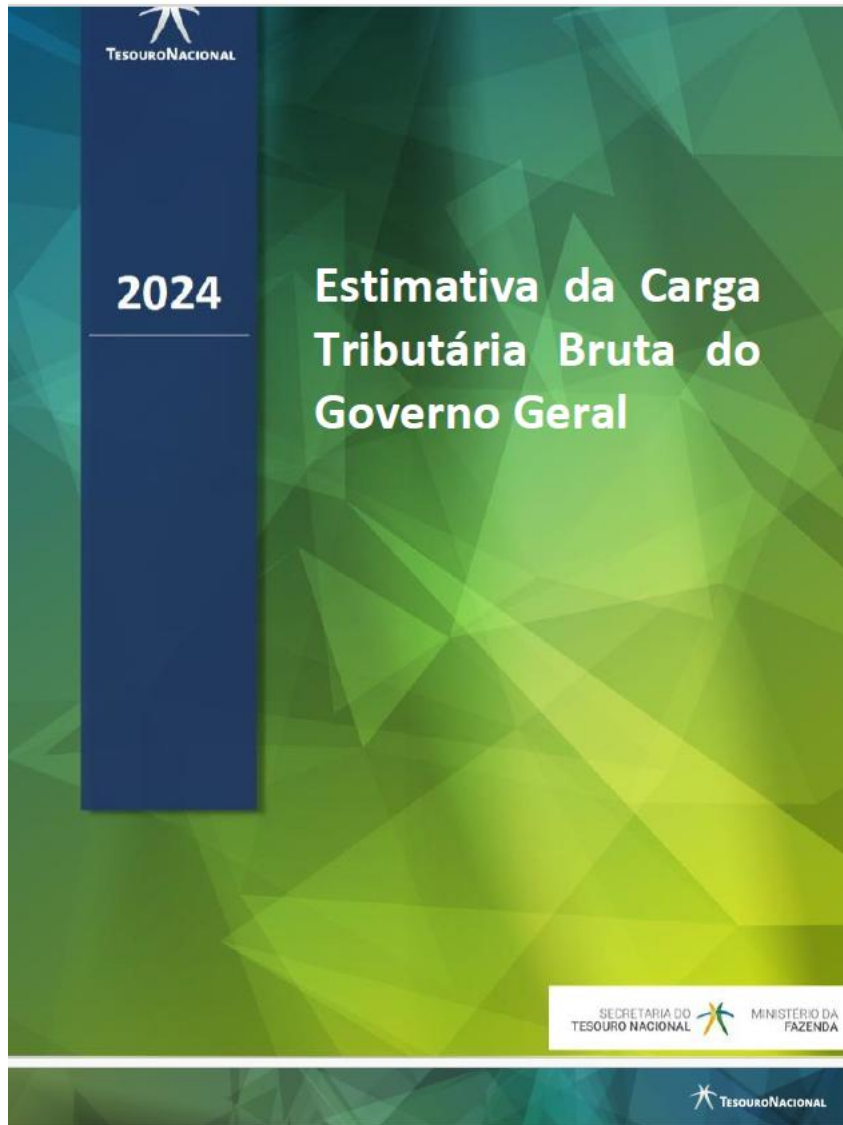
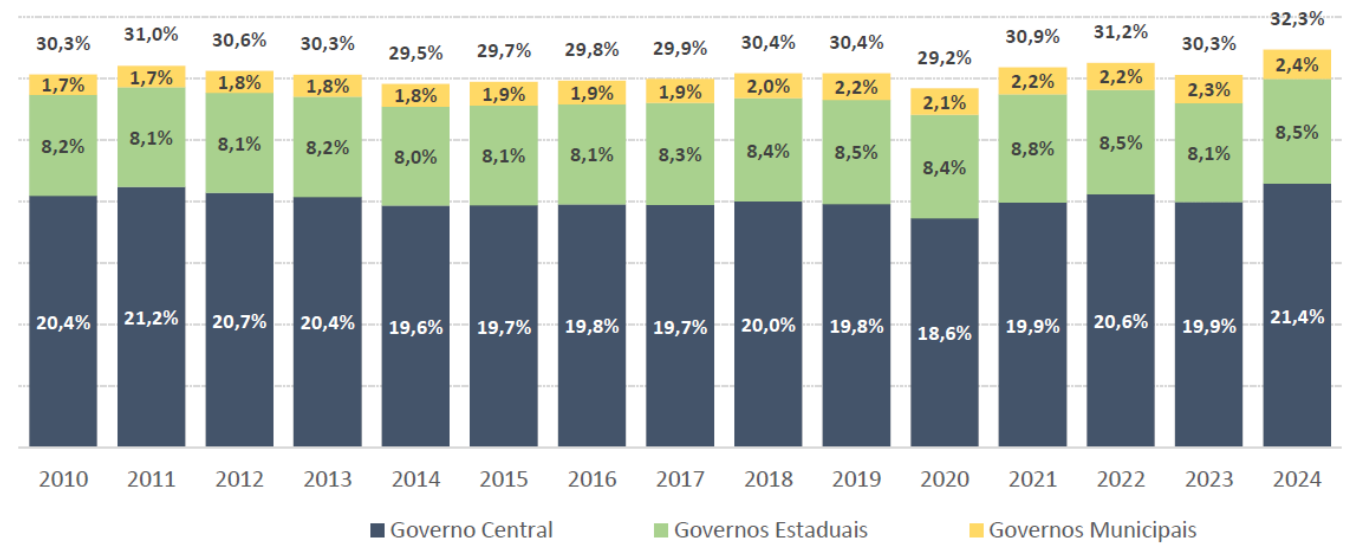


Gráfico 1. Carga Tributária Bruta por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2024

Dados em: % do PIB

Fonte: STN



Considerações sobre Carga Fiscal/Tributária



Dados publicados pelo Min Fazenda são corroborados pela Cepal

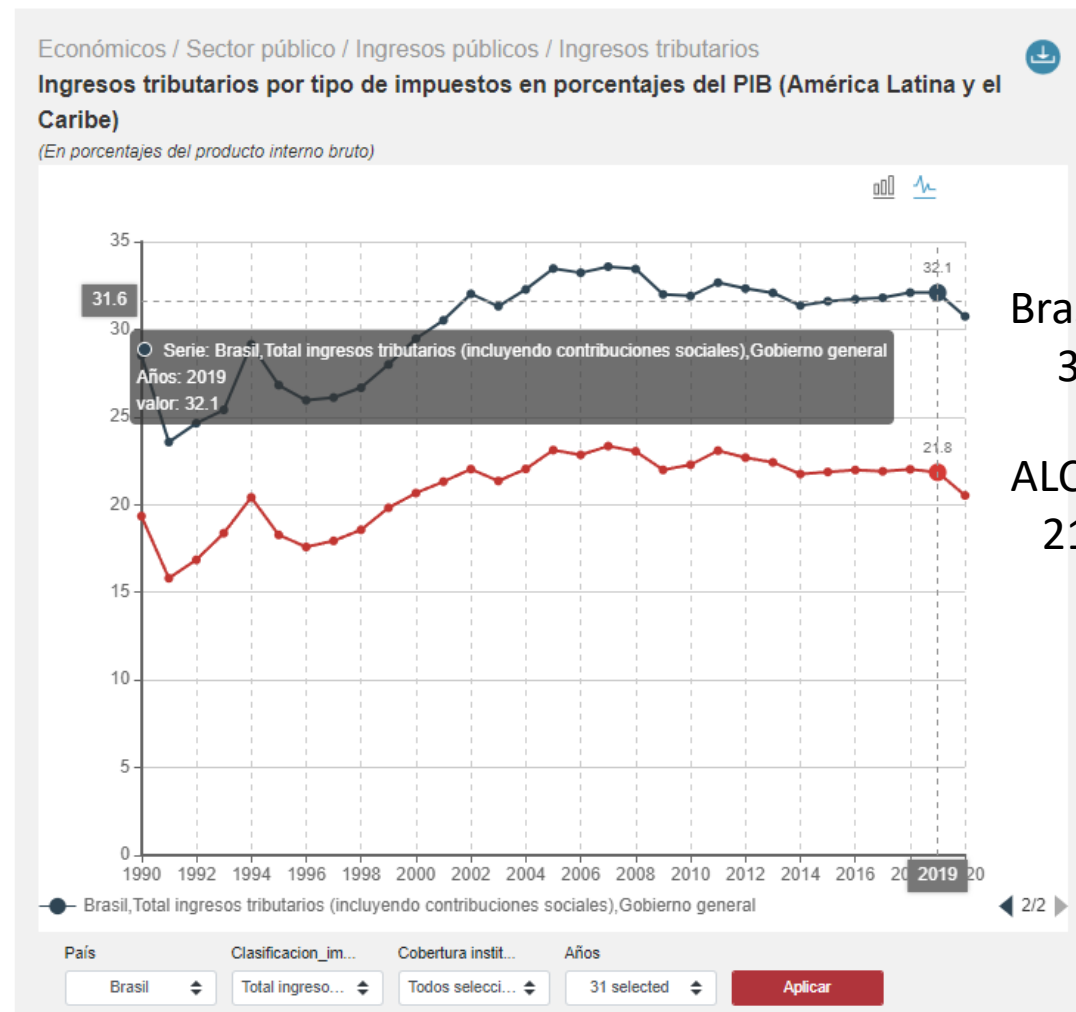
<https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?theme=2&lang=es>

Estadísticas e Indicadores

Económicos

Económicos

- ▶ PIB y Cuentas Nacionales
- ▶ Precios
- ▶ Estadísticas sectoriales y productividad
- ▶ Comercio Internacional y Balanza de Pagos
- ▼ **Sector público**
 - ▶ Gasto público por función
 - ▶ Gasto social público y privado (metodología SOCX)
 - ▼ **Ingresos públicos**
 - ▼ **Ingresos tributarios**
 - Ingresos tributarios por tipo de impuestos en porcentajes del PIB (América Latina y el Caribe)**
 - Ingresos tributarios por tipo de impuestos, en moneda nacional a precios corrientes (América Latina y el Caribe)
 - ▶ Ingresos fiscales provenientes de recursos naturales no renovables
 - ▶ Operaciones de gobierno
 - ▶ Deuda pública
 - ▶ Sector financiero y monetario



Brasil 2019
32,1%

ALC 2019
21,8%

Considerações sobre Carga Fiscal/Tributária

Dados publicados pelo Min Fazenda são corroborados por outra fonte de dados da OCDE..



Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean

1990-2022



2024

Table 4.1. Total tax revenue as % of GDP, 1990-2022

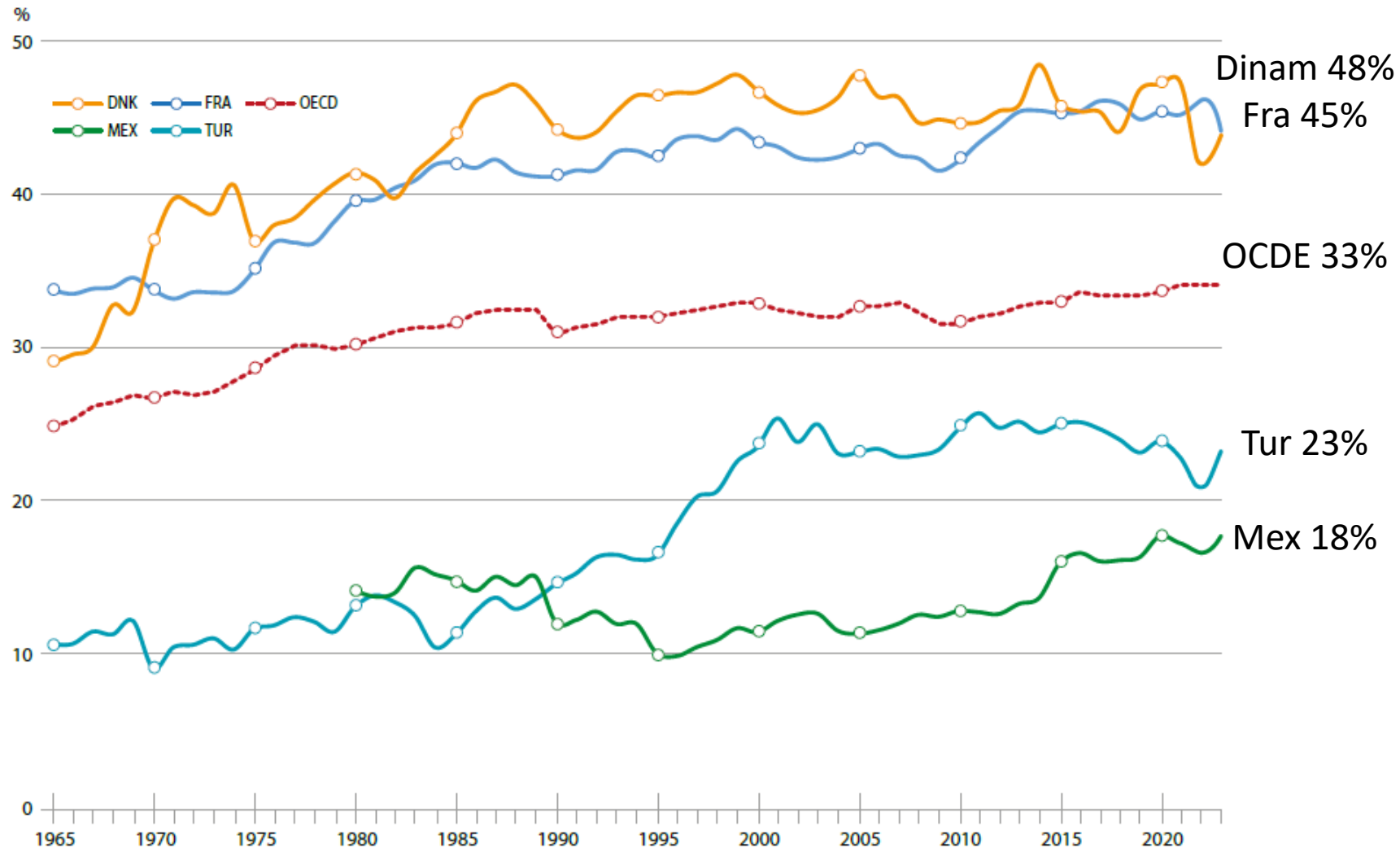
	1990	2000	2005	2010	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Antigua and Barbuda ¹	..	12.0	15.4	21.3	19.6	19.0	18.0	19.8	20.1	19.1
Argentina	13.3	19.2	24.5	29.1	30.0	28.5	28.5	29.7	29.0	29.6
Bahamas ¹	9.7	12.2	11.2	12.7	17.3	16.9	19.1	18.4	18.0	19.6
Barbados	25.3	30.9	31.3	30.0	32.7	33.3	32.3	33.4	31.9	30.5
Belize	15.9	14.1	16.6	21.0	23.0	24.1	24.7	21.4	21.6	22.1
Bolivia	6.5	17.6	20.0	22.9	25.9	25.0	24.7	22.2	22.6	23.7
Brazil	27.8	29.4	32.7	31.7	31.7	32.0	31.9	30.5	32.5	33.3
Chile	16.8	18.7	20.8	19.7	20.2	21.3	21.0	19.3	22.2	23.9
Colombia	11.3	15.7	18.3	18.1	19.0	19.3	19.7	18.8	19.2	19.7
Costa Rica	22.4	21.1	21.8	22.1	23.0	23.2	23.4	22.6	25.0	25.5
Cuba ²	31.9	37.2	41.1	37.2	42.4	42.3	42.1	37.5	17.7	18.3
Dominican Republic	8.3	12.1	13.8	12.2	13.1	13.1	13.4	12.5	14.5	13.9
Ecuador ¹	7.1	11.6	13.8	16.8	20.2	21.1	19.9	18.7	19.4	20.9
El Salvador	11.3	14.2	17.0	18.7	21.0	21.3	21.0	21.7	22.8	22.9
Guatemala	7.9	11.7	13.1	12.5	13.2	13.2	13.0	12.4	14.1	14.4
Guyana	15.2	15.7	17.6	16.0	19.5	22.2	23.2	21.3	16.8	10.6
Honduras	12.4	17.2	17.9	18.2	21.7	21.9	21.5	19.2	21.2	21.4
Jamaica	20.3	22.2	23.3	24.9	27.3	27.7	28.6	27.7	27.9	29.3
Mexico	12.1	11.5	11.4	12.8	16.1	16.1	16.3	17.7	17.3	16.9
Nicaragua ¹	..	14.3	17.4	19.3	23.8	23.2	25.5	25.4	27.0	27.8
Panama ¹	16.6	15.5	13.6	16.4	15.1	14.3	13.5	12.7	12.0	13.1
Paraguay	8.5	11.6	10.7	12.1	14.0	13.9	13.9	13.5	13.9	14.7
Peru	12.0	15.2	16.6	17.8	15.3	16.5	16.7	15.3	18.1	19.2
Saint Lucia ¹	..	19.3	19.4	20.6	20.4	20.7	20.8	21.3	19.8	18.4
Trinidad and Tobago	23.3	21.9	28.3	28.7	19.7	22.8	24.3	22.1	22.4	23.7
Uruguay ¹	18.3	21.3	22.9	24.2	26.5	26.7	26.2	26.6	25.6	26.6
Venezuela ³	21.2	13.5	15.9	11.8
Unweighted average										
LAC ⁴	14.6	17.1	18.8	20.0	21.2	21.5	21.6	21.0	21.3	21.5
OECD ⁵	30.8	32.9	32.6	31.5	33.3	33.5	33.4	33.6	34.2	34.0

Considerações sobre Carga Fiscal/Tributária

Revenue Statistics 2024 Health taxes in OECD countries



Figure 1. Trends in selected tax-to-GDP ratios, 1965-2023p (as % of GDP)



Modelos interpretativos na Análise de Políticas

- **O que molda as Políticas Públicas e seus programas ?**
- **Que fatores influenciam o desenho, a implementação e operação dos programas ?**
- **Quais fatores favorecem a concretizam dos objetivos de Políticas e seus programas no território ?**
- **Como o Espírito do Tempo afeta as políticas e programas ?**
- **Como a mudança de poder político dos atores e coalizões afetam os programas públicos ?**

Modelos interpretativos na Análise de Políticas

- **Policy:** são as políticas públicas implementadas por meio de leis regulamentadoras, incentivos, campanhas públicas ou programas e planos. Bem mais recente (Laswell – Ciência Política americana anos 40)
- **Politics :** atividade política, necessária à negociação dos interesses diferentes atores coletivos, em busca de soluções em termos de políticas públicas. Praticado por representantes eleitos no Executivo e legislativo, grupos de interesse etc (Remonta à Grécia)
- **Polity:** regras institucionais para a atividade política e que definem o campo a ser normatizado pela políticas públicas. Definido na Constituição, Sistema Eleitoral, Regimento da Câmara etc (Remonta à Roma)
- **Política Pública (Public Policy)** precisa da **Política (Politics)** para seu desenho e implantação, dentro de um determinado **arcabouço politico-institucional (Polity)**, constituindo-se objeto de pesquisa da **Ciência Política (Political Science)**.

Modelos interpretativos na Análise de Políticas

Análise de Políticas Públicas

Modelos interpretativos da Ciência Política (médio alcance)

- Pluralismo
- Teoria da Escolha Pública
- Estruturalismo marxista
-

Avaliação de Programas Públicos

Metodologias de Avaliação (técnicas instrumentais)

Avaliação qualitativa
Desenhos experimentais
Multi-métodos
.....

ISSN 2763-5775 | www.rbaval.org.br

Artigo de opinião



A importância do contexto institucional, político e ideacional na avaliação de políticas públicas

The importance of institutional, political and ideational context in the evaluation of public policies

Modelos interpretativos na Análise de Políticas

Perspectiva Institucionalista:
Regras definem as políticas
(Montesquieu, Tocqueville)

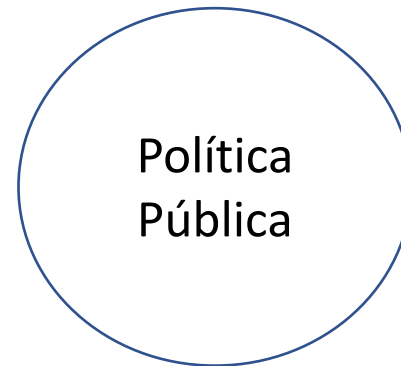
Perspectiva Racionalista: PP
como resultado de etapas de
aplicação de conhecimento
técnico-científico (Lasswell)

Perspectiva Incrementalista: PP
como de mudanças incrementais
negociadas (Lindblom)

Perspectiva Racionalidade limitada: PP
como processo de aplicação de
conhecimento disponível (Simon)

Perspectiva Pluralista: PP como
resultado da disputa de grupos
de interesse segundo regras do
“mercado” (Dahl)

Perspectiva Escolha Racional:
PP como processo de decisão
racional-econômica e
comportamental (Buchanan)



Perspectiva Marxista: PP
como resultado da lógica
impositiva do Capitalismo e
suas instituições burguesas
(Poulantzas)

Perspectiva Coalizões: PP
como resultado das disputa de
atores, suas coalizões e redes
(Sebatier)

Perspectiva Múltiplos Fluxos: PP como
resultado da disputas de prioridade de
problemas, soluções ofertadas e
oportunidades políticos (Kingdon)

Perspectiva Cultural: PP
como resultado dos valores,
cultura e crença (Wildavsky)

Modelos interpretativos na Análise de Políticas



Esgotado

SUMÁRIO

Introdução	7
O modelo de múltiplos fluxos: contribuições, limites e perspectivas	9
<i>Ana Cláudia Niedhardt Capella</i>	
A Teoria do Equilíbrio Pontuado: incrementalismo e pontuações na dinâmica das políticas públicas.....	49
<i>Felipe Gonçalves Brasil e Beatriz Rey</i>	
O Modelo das Coalizões de Defesa	85
<i>Sueli Maria Vaz Guimarães de Araújo e Dermeval da Silva Júnior</i>	
Institutional Analysis and Development (IAD): as contribuições da Escola de Bloomington à análise de políticas públicas e aplicabilidade no Brasil	117
<i>Mauro Guilherme Maidana Capelari, Fabiano Toni e Mário Vasconcellos Sobrinho</i>	
A virada argumentativa no Brasil: usos descritivos e prescritivos em análise de políticas públicas	151
<i>Leonardo Secchi e Frank Fischer</i>	
O papel das narrativas em processos de política pública: o Narrative Policy Framework.....	191
<i>Márcio Barcelos e Damásio Duval Rodrigues Neto</i>	
Desenho de políticas públicas e instrumentos de implementação.....	235
<i>Luciana Leite Lima, Rafael Barbosa de Aguiar e Lizandro Lui</i>	

Esgotado

Um prelúdio à pesquisa sobre a Transferência, Difusão e Circulação de políticas públicas.....	273
<i>Osmany Porto de Oliveira</i>	
Sobre os autores.....	327



<https://www.youtube.com/watch?v=cMc mUe9xDLo&t=481s>

Modelos interpretativos na Análise de Políticas

Até anos 1970, apesar de se colocarem em lados opostos do debate, o pluralismo e o marxismo unem-se na ênfase analítica centrada na sociedade. Para ambas as perspectivas, a ação estatal é sempre resposta a estímulos vindos da sociedade.

Pluralismo: Estado como agente neutro, mas os produtos deles extrapolam os inputs e pressões dos demais agentes em disputa

Marxismo: Estado como operador dos interesses do Capital, mas seus produtos extrapolam essa interpretação.

Rocha (2005)

Modelos interpretativos na Análise de Políticas

Contrapondo-se a esse enfoque, por volta de meados dos anos 80, difunde-se o modelo analítico neoinstitucionalista. Em sua primeira versão, denominada *state-centered*, o neoinstitucionalismo recoloca o Estado como foco analítico privilegiado: é ele que passa a explicar a natureza das políticas governamentais.

A segunda versão, *polity-centered*, busca equilibrar o papel do Estado e da sociedade nos estudos de caso, concebendo que o Estado é parte da sociedade e pode portanto, em certos casos, ser influenciado por ela em maior grau do que a influencia.

Nessa segunda fase da perspectiva neoinstitucional, a pesquisa deve abranger instituições governamentais, regras eleitorais, partidos políticos e políticas públicas anteriores, como fatores condicionantes dos interesses da sociedade civil, das suas estratégias e objetivos.

Rocha (2005)

Modelos interpretativos na Análise de Políticas

PERSPECTIVA NEOINSTITUCIONALISTA

Quadro 1 - Características das teorias institucionalistas

	Institucionalismo de Escolha Racional (IER)	Institucionalismo Histórico (IH)	Institucionalismo Sociológico (IS)	Institucionalismo Discursivo ID
Objeto	Comportamento racional e interesses	Padrões históricos	Normas culturais	Ideias e discursos
Lógica da explicação	Ação estratégica maximizadora	Dependência de trajetória	Comportamento orientado por normas	Interação discursiva
Perigos da explicação	Determinismo econômico	Determinismo histórico	Determinismo cultural	Idealismo
Capacidade de explicar mudanças políticas	Baixa: continuidade e preferências fixas	Baixa: continuidade e dependência de trajetória	Baixa: continuidade e estabilidade normativa	Alta: interação discursiva e mudança nos padrões decisórios

Fonte: Os autores, a partir de quadro elaborado por Schmidt (2011, p.49).

AS TRÊS VERSÕES DO NEO-INSTITUCIONALISMO*

PETER A. HALL
ROSEMARY C. R. TAYLOR

O termo “neo-institucionalismo” é utilizado na ciência política para designar uma perspectiva teórica que atrai muita atenção e também certas críticas. Reina, contudo, grande confusão no que concerne ao sentido preciso do termo, às diferenças que o distinguem de outros procedimentos, e ao tipo de esperanças e de problemas que ele suscita. Pretende-se aqui fornecer algumas respostas provisórias a essa questão mediante um exame de alguns trabalhos representativos dessa escola na sua fase de expansão, nos anos 80 até meados dos anos 90.

Uma grande parte da confusão que cerca o neo-institucionalismo desaparece quando se admite que ele não constitui uma corrente de pensamento unificada. Ao contrário, pelo menos três métodos de análise diferentes, todos reivindicando o título de “neo-institucionalismo”, apareceram de 1980 em diante. Designaremos essas três escolas de pensamento como institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e institucionalismo sociológico¹. Esses diferentes métodos desenvolveram-se como reação contra as perspectivas behavioristas, que foram influentes

* “Political Science and the three New Institutionalisms”. Publicado originalmente em *Political Studies*, dec. 1996. Uma primeira versão foi apresentada pelos autores em 1994, no congresso da American Political Science Association e numa reunião no mesmo ano na Universidade de Maryland, sobre “What is Institutionalismo Now?”. Os autores agradecem o apoio do Stanford Center for Organizations Research e do Center for the Advanced Study in the Behavioral Sciences da mesma universidade. Tradução de Gabriel Cohn.

LES « TROIS I » ET L’ANALYSE DE L’ÉTAT EN ACTION

BRUNO PALIER, YVES SUREL

Comme la plupart des disciplines constituant la science politique, l’analyse des politiques publiques s’est d’abord constituée par des emprunts successifs et par la mise au point d’un vocabulaire qui lui soit propre. Cette affirmation parfois contradictoire d’autonomie a débouché sur des notions (ou des « outils », selon

https://www.researchgate.net/publication/251057090_La_science_politique_et_les_trois_neo-institutionnalismes

PERSPECTIVA NEOINSTITUCIONALISTA NOS 1980s :

DISPUTA DE ATORES- SEUS INTERESSES, SEUS RECURSOS- SUAS PROPOSTAS E IDEIAS VALENDO-SE DOS INSTRUMENTOS E REGRAS INSTITUCIONAIS EXISTENTES



PERSPECTIVA NEOINSTITUCIONALISTA E OS 3 IS



PERSPECTIVA NEOINSTITUCIONALISTA E OS 3 IS



Exercício

Com o programa publico escolhido, faça uma breve análise CIPI para entender as suas motivações de proposição, características de desenho e contexto de implementação

- 1. Relacione e regras do arcabouço institucional**
- 2. Quais os possíveis e principais atores e interesses (favoráveis ou não) ;**
- 3. Quais as principais ideias e valores subjacentes em disputa :**

Para buscar subsídios para essa análise vamos faça busca bibliográfica em revista e busca documental em projetos de lei, jornais etc.

Análise do Contexto Institucional, Politico e Ideacional

Objetivos

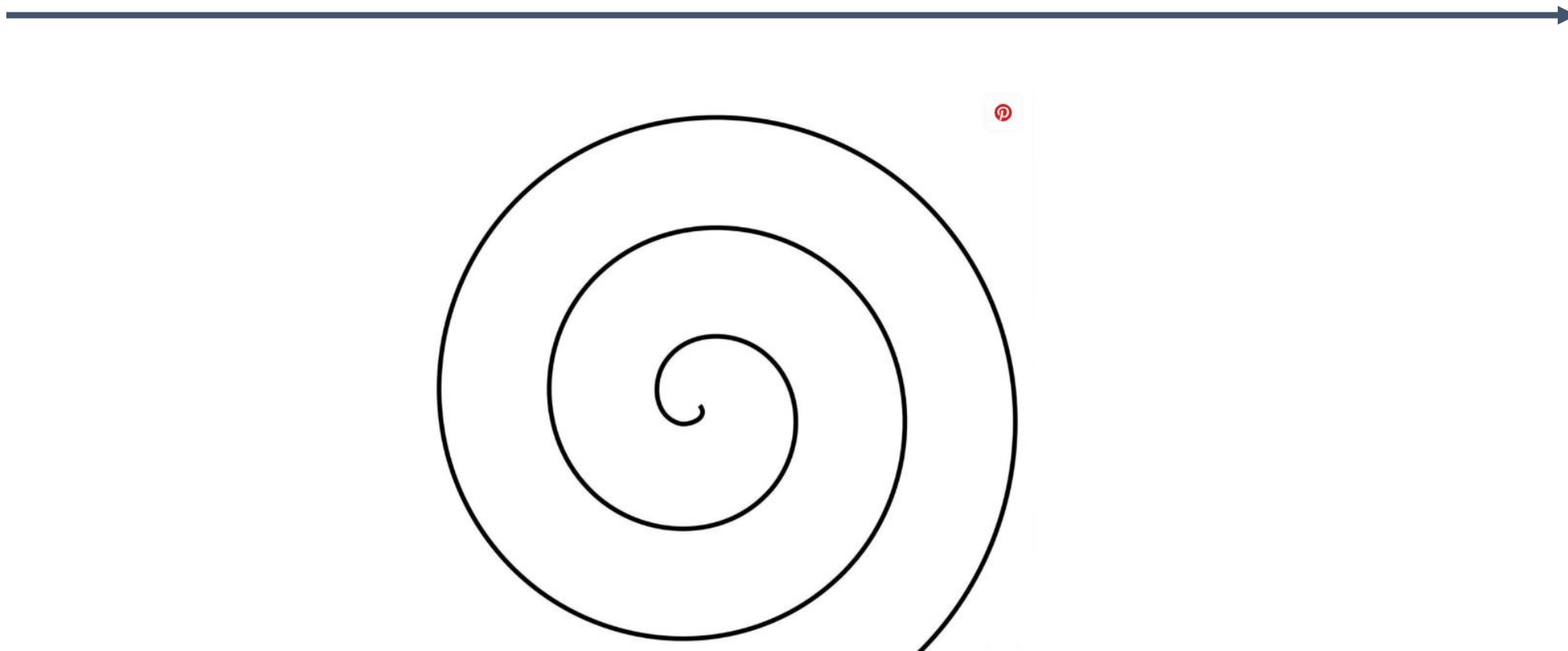
Públicos Alvos

Programa



Linha do tempo (antecedentes, criação, reformulação etc)

Programa:



Principais referências do Arcabouço Institucional em que se assenta o Programa

Acordos e Referências internacionais:

Artigos da Constituição, Lei Orgânica, Planos

Legislação infra-constitucional (Leis, Decretos e Portarias mais relevantes)

Principais Atores envolvidos na promoção, influência e oposição ao programa

Ator político	Interesses qto ao programa	Obs

Interesse: Pro: Proponente
Apo: Apoiador/Coligado
Fin: Financiador
Exe: Executor
Opo: Opositor/Resistente

Principais Ideias e Valores Consensuais/em Disputa relacionados ao Programa

Valores ou sentimentos públicos favoráveis ao programa no período em análise

Valores ou sentimentos públicos não favoráveis ao programa no período em análise

Linhas do Tempo

Nexo Políticas Públicas <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/>

Políticas de Segurança Alimentar

<https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/O-direito-humano-%C3%A0-alimenta%C3%A7%C3%A3o-no-mundo-e-no-Brasil>

Políticas Afirmativas

<https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/Forma%C3%A7%C3%A3o-do-Sistema-Nacional-de-Promo%C3%A7%C3%A3o-da-Igualdade-Racial>

Políticas Educacionais

<https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/A-regulamenta%C3%A7%C3%A3o-do-Sistema-Nacional-de-Educa%C3%A7%C3%A3o>

Políticas de Transferência de Renda

<https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/A-hist%C3%B3ria-do-Bolsa-Fam%C3%ADlia>

Políticas de Saúde

<https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/O-direito-%C3%A0-sa%C3%BAde-no-Brasil>